

A Importância da Escola do Campo¹

Monique Pizzatto²
Elisabeth Maria Foschiera³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo reconhecer a escola do campo como processo fundamental de ensino para as comunidades rurais, enfatizando a diferença que ocorre na vida dos sujeitos que ali vivem. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisas bibliográficas, as quais esclarecem a realidade do campo, interligando a importância da educação nesses lugares. O artigo está estruturado em três subtítulos, sendo o primeiro sobre legislação, histórico e políticas públicas das escolas do campo; o segundo, trata da gestão escolar e a valorização dos alunos e, o terceiro, a importância da escola do campo para as comunidades rurais. A partir dos estudos realizados, conclui-se que, defender as crianças e jovens que estudam em escola do campo é garantir o direito a educação desses sujeitos, acreditando em seus potenciais para a construção de uma sociedade mais justa, que respeita a todos.

Palavras chave: Escola do campo. Gestão escolar. Comunidades rurais.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo reconhecer a Escola do Campo como processo fundamental para as comunidades rurais, sendo assim, justifica-se a importância do trabalho, devido ao reconhecimento pela escola em que estudei durante o ensino fundamental. Também, importante ressaltar que há muitas riquezas no contato com as pessoas que vivem no interior, uma vez que os laços são fortemente ligados. Acredita-se muito no aprendizado a partir do contato que a natureza nos proporciona, pois na escola do campo é possível plantar o próprio alimento, reforçando a ideia de que é preciso saber respeitar e cuidar de um lugar que é nosso, além das responsabilidades, independência e ensinamentos que este ambiente proporciona, envolvendo o estudo com a própria realidade.

A pesquisa deste artigo foi realizada a partir de estudos e investigações na área da educação, percebendo o quão importante é para o educando estabelecer relações com a sua realidade de vida e com o meio social em que vive. Por isso, para quem reside em zonas rurais, é de suma importância a permanência da escola do campo, dando condições e oportunidades para que o jovem seja incentivado a permanecer.

¹ Artigo elaborado para a conclusão do Curso de Pedagogia, da Universidade de Passo Fundo.

² Acadêmica do curso de Pedagogia - VIII nível, da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo.

³ Professora da Faed/UPF, mestre em Educação, orientadora desse artigo.

Em relação à conduta metodológica, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica as quais esclarecem a realidade do campo interligando a importância da educação nesses lugares. A pesquisa realizou-se através de livros, artigos, reportagens, e resultados de pesquisas científicas relatando dificuldades e déficit nesse assunto.

Nesse sentido, busca-se responder alguns questionamentos: Será que é de suma importância valorizar e lutar para que as escolas do campo se mantenham abertas, mesmo sendo para poucos alunos? Isso porque, com a diminuição dos alunos nas escolas rurais, em razão ao êxodo rural, e a diminuição das famílias em comparação ao número de membros em que havia antigamente, várias gestões pretendem fechar algumas escolas. Porém, para quem reside nesses lugares, as escolas do campo são fundamentais na formação e constituição das pessoas, aprendendo cada vez mais sobre o mundo que está ao seu redor, que ele é muito maior de que sua comunidade, mas que é importante valorizar tanto as pessoas, como o lugar em que vivem.

Ao longo dos anos pessoas que moravam no interior eram vistas como ignorantes e analfabetas, pois muitas não tiveram a oportunidade de estudar e priorizavam o trabalho com a agricultura. Com o avanço dos tempos, das tecnologias e das escolas, essa visão está mudando aos poucos, muitos deles não tem condições de sair desses lugares, já outros construíram sua vida e pretendem continuar sua geração ali mesmo. Por isso a importância de se priorizar as pessoas e as escolas, pois não precisando se deslocar, mais fácil será manter a vida no campo.

Questiona-se ainda, como será que as políticas públicas beneficiam ou não essas escolas? A escola exerce um papel fundamental na vida de qualquer cidadão, sendo necessário ser reconhecida em qualquer espaço em que ela está inserida, pois ela fará a diferença. Com os direitos assegurados, será possível avançar cada vez mais na educação e de uma sociedade mais justa. A educação contribui para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos, fortalecimento aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, desenvolvimento de sua personalidade, respeito às diferenças, atitudes de tolerâncias, amizade, solidariedade e fraternidade com o semelhante (GOHN, 2010, p. 58).

Será de suma importância se preocupar com um sistema que gera economia, sustento e história daquele lugar. Será que o jovem quando terminar seu estudo irá permanecer no campo? Isso dependerá de vários fatores, é claro, como as condições que lhe são oferecidas, nas quais terá oportunidade para avançar mais, buscando realizar seus ideais.

Nesta perspectiva, o artigo está estruturado em três subtítulos: Legislação, histórico e políticas públicas das escolas do campo, compreendendo melhor como se denomina escola do campo, onde surgiu e os desafios que ela enfrenta. Gestão escolar e a valorização dos saberes dos alunos, pois é necessário que haja uma gestão que se engaje na luta da permanência das escolas e perceba o potencial de seus alunos e por fim, a importância da escola do campo para as comunidades rurais, buscar o reconhecimento por parte das pessoas revelando seu valor.

1 Legislação, histórico e políticas públicas das escolas do campo

A escola do campo beneficiou muitas pessoas ao longo de sua história, mas ela só existiu a partir de muita luta e resistência de quem encontrava nela uma saída para muitos problemas e desigualdades, com quem já tinha acesso à educação nos centros urbanos.

Na percepção de Munarim e Locks (2012, p. 85), a expressão “educação do campo” ainda é muito recente. Teve origem a partir das lutas por terras empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) associada à grande demanda por uma escola pública em cada novo acampamento. Todo esse contexto ocorreu em meados da década de 1990, mas foi documentada, oficialmente, no ano de 2008. A Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002 instituiu as primeiras Diretrizes Operacionais para a educação básica em escolas do campo no Brasil.

Esta resolução passou a reconhecer o modo de vida social e a utilização do espaço do campo em sua diversidade, em prol dos cidadãos que ali viviam com sua própria identidade, buscando espaço e reconhecimento, isso só seria possível se tivessem leis que estivessem a seu favor, auxiliando na luta por uma educação que permitiria o acesso ao conhecimento, podendo ser utilizado para aprimorar o meio em que viviam, dando a oportunidade de buscar outras perspectivas para sua vida.

O conceito de educação do campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho presenciadas pelos indivíduos do campo em suas lutas cotidianas. Mas, o acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização, para os indivíduos do campo, ainda são uma grande luta. Busca-se reduzir as intensas desigualdades, a precariedade do acesso à educação escolar nos diferentes níveis e a insuficiente oferta educacional (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 19).

Para dar esse suporte a legislação se faz presente e é a partir dela que se consegue avançar nessa perspectiva de darmos cada vez mais importância para quem vive no interior e de quem educa nesses espaços, sua metodologia deve ser diferente e aprimorada a cada situação. Além disso, é preciso para não prejudicar quem vive nesse espaço e estuda nele, compreender os diferentes ambientes de ensino, mas prezando pela mesma qualidade da educação. “As escolas do campo ainda carecem de uma educação característica do seu cotidiano, uma educação baseada em um contexto próprio e que seja direcionada aos interesses e necessidades daquela população local” (CASTAMAN; VIEIRA; RADKE, 2018, p. 5).

As políticas públicas, sejam elas de qualquer âmbito, se fazem necessárias para conseguir ter uma sociedade mais justa, organizada e igualitária, sendo que o correto deve ser para todos. Além disso, a qualidade de uma sociedade diz muito sobre como os cidadãos se relacionam entre si e como conseguem cumprir as regras que regem sobre a sociedade. O principal objetivo da escola do campo é a ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do meio rural, e é desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

As políticas públicas de educação do campo estão sendo submetidas a um mesmo padrão de implementação, em que, primeiramente, ocorre a publicação de uma legislação quanto a um referido tema de educação do campo, e, posteriormente, ocorrem discussões em razão da grande demanda existente. Logo após, cria-se um plano para atender às necessidades e, por fim, ocorre a implementação da política pública (PASSADOR; LOPES, 2014, p. 108-109).

Ainda, segundo os mesmos autores, tanto no Inep quanto no MEC, a educação ofertada em áreas rurais ainda se encontra vinculada à chamada educação rural. Sua evolução ocorreu apenas na nomenclatura formal, pois passou a ser chamada de educação do campo. Logo, para o Inep e para o MEC, a educação do campo continua sendo igual aquela ofertada fora dos perímetros urbanos. Diante disso, as políticas públicas e as diferentes iniciativas direcionadas neste contexto devem considerar que os alunos de procedência rural devem ser submetidos aos mesmos mecanismos que os alunos urbanos, ou seja, eles não devem ser tratados e educados diferentemente (PASSADOR; LOPES, 2014, p. 109-110).

É importante que as políticas públicas possibilitem uma forma de exercício que não exclua ou diminua os sujeitos que frequentam as escolas do campo, disponibilizando os

mesmos materiais que são ofertados ao sujeito que estuda nos centros urbanos. Importante destacar que os professores farão a diferença no ensino, pois são conhecedores da realidade do campo, possibilitando enfatizar o que ainda será novidade e o que pode ser agregado no dia a dia.

Temos como um progresso histórico para o campo, as escolas construídas pelo governo de Leonel de Moura Brizola (1959 -1963). Leonel foi responsável por criar uma educação do campo para o campo, através do projeto educacional *Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul*.

Tal projeto resultou em uma significativa expansão quantitativa do sistema de ensino público do estado do Rio Grande do Sul, implicando a construção de prédios escolares, que se popularizaram como as brizoletas ou as escolinhas do Brizola; a contratação de professores e a matrícula de um significativo número de novos alunos no ensino público; processo que ainda sobrevive na memória de uma significativa parcela da população do Estado e que marcou positivamente o imaginário de realizações de Brizola (QUADROS, 2003, p. 16).

Leonel prometeu que a escola deveria ser de acesso a todos e não apenas para alguns e muito menos em apenas espaços urbanos, por isso, muitas escolas foram construídas no interior, trazendo como objetivo erradicar o analfabetismo e a missão de civilizar, integrar e dar oportunidades para as pessoas do interior, valorizando-as e ajudando a melhorar seu modo de vida.

Importante destacar a diferença entre escola do campo e escola agrícola. Segundo o Decreto nº 7.352, Escola do Campo é aquela situada em área rural ou em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. Já as escolas agrícolas,

tem como finalidade formar profissionais de nível médio na área da agricultura, para atuar nas atividades de produção vegetal, produção animal, produção agroindustrial e principalmente a gestão do agronegócio. Esse ensino orienta para o desenvolvimento de atividades agropecuárias economicamente viáveis e com menor impacto ambiental possível, buscando a sustentabilidade dos sistemas de produção, bem como a incorporação das inovações tecnológicas da área agrícola (BERTI, 2014, p. 2).

Várias mudanças ocorreram no meio rural ao longo da história, tanto na tecnologia bem como nas pessoas que ali vivem. A escola é um espaço fundamental para que o interior das cidades se mantenha firme, tanto para a economia local, mas, principalmente, na

construção de cidadãos cultos, críticos e que buscam uma vida de qualidade em busca de seus direitos.

Muitas escolas do campo foram fechadas, outras carecem muito de infraestrutura, fazendo com que o ensino não seja de total qualidade. Segundo especialistas, há vários fatores que fazem com que isso aconteça, como por exemplo, a municipalização das escolas e a nucleação das unidades.

Ainda há por parte da sociedade, uma ideia de que unidades nucleadas ofereçam melhor infraestrutura, facilitação na coordenação pedagógica e gestão escolas, contudo, críticos desse modelo, apontam que essa nucleação incentiva o fechamento das escolas do campo e é preciso transferir estudantes para unidades na zona urbana, não valorizando as especificidades das escolas do campo e acarretando até mesmo no tratamento dado a essas crianças, onde estão sujeitas a sofrerem *bullying* ou não serem compreendidas (LOPES, 2012).

Outro fator é o êxodo rural que é o deslocamento das populações do campo para a cidade, que acontece por ventura de vários motivos, sendo um deles, a capitalização. O homem já não precisa de muita demanda de mão de obra, as máquinas fazem esse papel, além disso, o pequeno agricultor que vivia com pouco, mas que era suficiente, hoje percebe que, se não há investimento em sua área, não consegue acompanhar o mercado e, portanto, não consegue ver vantagens em continuar no campo, levando assim essas pessoas a sair da zona rural e buscar a zona urbana.

Contudo, não são apenas esses fatores, segundo Fernando Portela e José Vesentini (1988, p. 10), Ressalta-se também:

- 1- A ilusão de uma vida melhor ou mais "moderna" na grande cidade, divulgada especialmente pela televisão, pode motivar o êxodo rural.
- 2- Influência da pressão demográfica sobre os recursos. Exemplo dessa situação: às vezes, uma pequena parcela de terra não dá para sustentar o crescimento da família; outras vezes, a morte do pai leva à divisão do sítio entre os filhos, o que acaba gerando escassez devido às insuficiências de partes que couberam a casa um. Nesses casos, parte dessas pessoas tem de sair do campo em busca de uma situação melhor.
- 3- A pressão econômica e até física (uso da violência) dos grandes proprietários frente aos pequenos, com o objetivo de comprarem suas terras.

2. Gestão escolar e a valorização dos saberes do aluno

O processo de educação na escola do campo deve ter como foco os objetivos de justiça social, pois é dando liberdade para conhecermos os saberes dos alunos que construiremos juntos pelos mesmos interesses ou por meio deles, através da pesquisa continua observando suas falas, curiosidades, rodas de conversa, oportunizando explorar os assuntos e temas.

O aluno carrega consigo uma bagagem de aprendizados e, para que ele mesmo construa um novo conhecimento, é importante valorizar o que já sabe, reestruturando sua mente. Vale ressaltar que, quando uma criança questiona ou tem curiosidade por algo novo, aos poucos, ela transforma em significados tornando mais complexo o conhecimento prévio que já havia nela, por isso, deve-se levar em consideração que cada aluno aprende de sua forma (FERNANDES, 2011).

É imprescindível saber respeitar, valorizar e se apropriar dos saberes culturais dos alunos e da comunidade local em prol do desenvolvimento de práticas educativas compromissadas com os reais interesses e necessidades da população do campo. Logo, a educação das crianças do campo não deve ser estritamente na escola, precisa ter práticas que vão além, dando voz e sentido para essa escolarização, atuando como parte social, necessária para a autonomia dos sujeitos e auto-suficiência do campo (MELO, 2017).

Respeitar a natureza, a terra, o agricultor, ou quem mora na zona rural, mesmo exercendo outra função, é dar espaço a dignidade do ser humano, mostrando seus potenciais e que seu conhecimento tem valor. A escola do campo possibilita aprimorar as inúmeras riquezas que o interior oferece, além de promover o convívio social que ultrapassa a sala de aula.

Torna-se também, imprescindível um currículo escolar do campo que contemple as relações com o trabalho na terra, que vincule a educação e a cultura, tornando-se um espaço de desenvolvimento para toda a comunidade. Estes currículos escolares do campo poderão constar questões relevantes para a sociedade atual, dentre elas, questões ambientais, agrária e fundiária, sociais, matrizes produtivas, econômicas, políticas, culturais, de gênero, de raça, etnia, sobre tecnologia na agricultura, entre outras (CASTEMAN; VIEIRA; RADKE, 2018, p. 11).

A partir da Resolução de 2008, Munarim e Locks (2012, p. 86) retratam que a educação do campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio. Essas etapas da escolarização nem sempre são oferecidas no interior, muitos se deslocam até as cidades por meio de transporte para ter esse acesso, assim, as escolas da zona urbana destinam-se ao atendimento também das populações rurais:

agricultores familiares, extrativistas, pescadores, artesanais, assentados, indígenas, dentre outros.

A educação do campo se faz muito mais efetiva quando realmente é na zona rural e deve-se dar a devida importância para isso. Caso algumas etapas do processo de aprendizagem ocorram em outros ambientes, ou seja, nas escolas urbanas, os conhecimentos que eles carregam sobre o meio em que vivem devem ser aceitas e trabalhadas em atividades pedagógicas com a ajuda dos gestores, orientadores, professores e colegas. Além disso, as práticas escolares são construídas no interno da escola e da sala de aula, mas tendo relação direta com o mundo exterior.

Tão importante quanto viver em um lugar, é ter um conhecimento à cerca deste local em que se vive. Devemos procurar trabalhar junto aos moradores locais, estudar positivamente os aspectos do município, bem como a origem da cidade, relatos dos moradores mais antigos da cidade, entrevista-los, difundir as manifestações culturais como danças, teatro, mostrar o panorama dos avanços do município, além da produção de livros contando a história da cidade. Tão importante quanto é a história do Homem da zona rural é mostrar para ele que ali ele será muito mais importante para seu Futuro e para o futuro da humanidade (LOPES, 2012, s/p).

Essa expansão da alternância na educação do campo tem favorecido a emergência de uma diversidade de concepções e práticas que instiga e estimula esforços teóricos na busca de uma melhor compreensão sobre essa modalidade de formação (SILVA, 2015, p. 143). Almejar uma educação de qualidade implica estar sempre em construção do conhecimento, conseguindo ter argumentos necessários, defendendo os direitos e, respondendo os anseios que permeiam essa modalidade de ensino.

A gestão das escolas do campo deve ser pensada como escola inserida em uma comunidade em que a participação da mesma deve ser integrada as práticas que a escola quer realizar. É preciso que uma gestão escolar democrática se faça com a participação da comunidade envolvida, a partir do pensar juntos, dialogando sobre os melhores caminhos a serem tomados e, pôr em prática, será visível as mudanças e os frutos que essa decisão trará, será benéfico para a escola, para os alunos e para os demais da comunidade.

Há poucos pesquisadores que debatem a gestão das escolas do campo, mas essas pesquisas poderiam ser realizadas pelas mesmas junto à comunidade escolar. Discutir menos o trabalho no campo e mais a educação do campo, pois com ela o trabalho no campo se construirá de maneira mais natural.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, s/p).

3. Importância da escola do campo para as comunidades rurais

A educação, vista como um direito social e de todos, é garantida na Constituição Federal de 1988 e é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. A educação contribui para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos, fortalecimento aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, desenvolvimento de sua personalidade, respeito às diferenças, atitudes de tolerâncias, amizade, solidariedade e fraternidade com o semelhante (GOHN, 2010, p.58).

O Brasil sempre foi um país em que a sua maior produtividade vem de fato da agricultura, o que pode ser analisado é que as escolas do campo surgem como pauta muito tempo depois. Nem sempre essas escolas ou espaços de educação foram valorizados, tanto que, muitas escolas construídas com muita mobilização popular são fechadas por não terem subsídios para se manter e, um dos maiores motivos, é que para se manter uma infraestrutura é preciso ter mais alunos.

Esses alunos são as crianças do futuro e por isso é preciso valorizá-las, pois por trás delas há uma família que resiste às dificuldades e que se mantém no campo por amor a sua terra, por gostar do que fazem ou por não ter outra alternativa, por isso é tão importante se discutir a relevância da escola do campo e perceber que aquelas crianças que precisam se deslocar para estudar, podem perder esse olhar de orgulho e até de reconhecimento do lugar onde vive, querendo buscar um outro espaço para viver.

Em uma experiência rica de luta, busca do reconhecimento e a importância de uma educação popular para o meio rural temos como exemplo a Escola Uma Terra de Educar no município de Braga -RS, ligada ao FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro). Sua proposta é de ofertar para a população cursos e capacitação para que a mesma possa sanar suas dúvidas, atendendo às necessidades e aos desafios contribuindo para a qualidade e permanência da população, pois essa organização é desenvolvida a partir do interesse e as necessidades da mesma. Esta escola teve uma linda

caminhada, contribuindo na vida de muitas pessoas e da comunidade que ali estava inserida e que era participativa, contudo, essa escola já não funciona mais (FUNDEP, 1994).

A retirada das escolas, que são do campo, acaba por interferir diretamente com os indivíduos que ali vivem, e que dependem dela para o estudo ou emprego. Ao mesmo tempo podem sofrer alterações na sua cultura, conhecimento de gerações, podendo até se tornar invisíveis diante a sociedade por não terem estudo.

Um desafio para a escola se manter em funcionamento e ser considerada “do campo”

é o reconhecimento e a valorização da identidade de seus sujeitos. Reconhecer e valorizar implica construir e desencadear processos educativos, dentro, e ao redor e no entorno da escola que não destruam a autoestima dos sujeitos pelos simples fato de serem do meio rural; de serem sem-terra; de serem filhos de assentados; filhos de agricultores familiares; extrativistas; ribeirinhos; quebradeiras de coco [...] (MOLINA, 2009, p.32)

A educação no campo é fundamental, pois, é através dela que os indivíduos que ali convivem, são possibilitados de adquirir novos saberes a partir da sua realidade. “Considera-se, portanto, que a realidade familiar vivida seja capaz de educar e instruir os jovens, sendo o período de alternância no meio escolar complementar ao meio de vida e vice-versa” (SILVA, 2012, p. 44). Apesar de ser um assunto debatido com frequência, ainda é muito precária e corre o risco de extinguir-se, obrigando os moradores, muitas vezes sem condições, a inserir-se no mundo urbano. Em muitos jovens, o desejo de viver na cidade aumenta à medida que tomam contato com a vida urbana, além de que o acesso à educação, como fazer faculdades e a inserção no mercado de trabalho atrai um número expressivo para as cidades, mesmo quem permanece no campo, hoje em dia mantém contato direto com a vida urbana (CARVALHO e SOUZA, 2012).

Essa concepção de Carvalho e Souza não está dita de maneira contraditória ou de maneira considerada como julgamento. É bom que o contato com a vida urbana seja de forma contínua, assim, haverá menos preconceito com essas pessoas, uma vez que isso já acontece, saber como funciona a vida na zona urbana e conseguir se defender em um mundo que é cada vez mais tecnológico, podendo aprimorar seu jeito de trabalhar no campo, com a natureza, trocando ideia e saberes.

É preciso valorizar esses sujeitos que se constituem em uma escola do campo e no interior. A riqueza das falas, do comportamento é de forma muito mais afetiva, o cuidado

com a natureza, com os colegas, além de saber de onde vem todas ou a maioria das coisas que compramos, por exemplo, vem de encontro com a forma de como será lidar com todo o processo de dar valor aos bens que possuímos e de nossos valores também.

Compreendemos, então, que o horizonte está lá e está aqui, que os desafios estão no horizonte e as soluções estão no nosso caminhar, no nosso plantar, no nosso colher, no nosso trabalho, na nossa luta, na nossa história e na nossa geografia. Quando geografamos, fazemos nossos territórios e construímos nossas histórias. Esta é a Pedagogia da Educação do Campo. A Pedagogia dos sujeitos que fazem de seus territórios os seus pensamentos e os defendem (ANTUNES - ROCHA, MARTINS e MARTINS, 2012, p. 16).

As escolas do interior têm uma riqueza profunda de elementos que colaboram para o enriquecimento da aprendizagem, todos elementos da natureza podem ser encontrados e, muitas vezes, ensinados fora da sala de aula. O objetivo é dar importância de se manter essas escolas do campo abertas, mesmo sendo para poucos alunos, principalmente daquelas que são as únicas que mantem a comunidade mais viva e ativa e, também, para manter toda a infraestrutura investida, além dos materiais para uma educação de melhor qualidade.

Para as comunidades rurais, a escola ali localizada é referência, tudo acontecerá em seu entorno e no momento em que não tiver mais a escola, a comunidade acaba. Em notícia divulgada pelo site da CUT/RS no dia 02 de agosto de 2019, referente à região de São Luiz Gonzaga-RS, há previsão, por parte do governo estadual, de fechamento de sete escolas do campo, por motivo de redução do número de alunos, sem perspectiva de aumento para o próximo ano. A legislação prevê que o Estado deve consultar a população, mas, segundo a notícia, as direções escolares consideram a decisão sem volta. Para o sindicato dos professores, o CPERS, a continuação da comunidade escolar é fortalecer o jovem no campo, fortalecer a agricultura familiar e a cultura local contra o avanço capital, pois muitos que vão para a cidade não retornam, as comunidades envelhecem e acabam (CPERS Sindicato, 2019).

Considerações finais

As escolas do campo são aquelas situadas em zona rural ou que atendem a população da zona rural, também são reconhecidas pelas características de uma educação baseada em um contexto único e direcionado aos sujeitos do campo. Além disso, a escola do campo precisa

ser, cada vez mais, valorizada por todos, pois são essenciais para que a comunidade se mantenha viva e forte diante dos desafios para a construção de uma sociedade que valoriza o seu povo.

Este artigo buscou refletir sobre a importância da escola do campo dando condições e oportunidades para que crianças e jovens sejam incentivados a permanecer no campo, defender os seus direitos, garantindo o direito à educação dos mesmos, acreditando em seus potenciais para a construção de uma sociedade mais justa, que respeita a todos.

Somente quem conhece a realidade da zona rural, vai se apaixonar ainda mais por uma escola do campo, que cuida e preserva o bem-estar não apenas dos alunos, mas da comunidade em geral, garantindo tranquilidade e compromisso para com eles.

Ao final desse trabalho, pode-se concluir que, denominar escola do campo vai além de apenas um lugar de ensino, mas sim, um lugar onde se constroem relações de afeto e aprendizagem significativa para a vida inteira. Reconhecer sua importância é o principal meio para possibilitar aos sujeitos que vivem no campo uma vasta riqueza em seus ensinamentos, oportunizando novas possibilidades e desafios.

Referências

ANTUNES - ROCHA, M. I.; MARTINS, M. D. F. A.; MARTINS, A. A. **Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: Gutenberg, 2012.

BERTI, Maicon. **ESCOLA AGRÍCOLA BANDEIRANTE/SC**. 2014. 8 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2014. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1059/1/BERTI.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. (Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6803-pceb036-01&Itemid=30192>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CARVALHO, D. D.; SOUZA, B. D. **Novos tempos, novas engrenagens: as transformações no campo e suas dinâmicas urbanas**. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Josimar de Aparecido; RADKE, Cristiane Longaray. O contexto atual da educação do campo: o que dizem as pesquisas realizadas. **Criar Educação**, Criciúma, v. 7, n. 1, jan.jul. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/3557/3871>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FERNANDES, Elisângela. **Conhecimento prévio**: Entenda por que aquilo que cada um já sabe é a ponte para saber mais. 2011. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1510/conhecimento-previo>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PESQUISA (FUNDEP). **Coragem de educar**: uma proposta de educação popular para o meio rural. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, p. 58, 2010.

LOPES, Marcio Donizeti. **A educação e a escola do campo**. 2012. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/esporte/a-educacao-e-a-escola-do-campo/16503>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MELO, Raimunda Alves. Educação no campo e suas contribuições para o desenvolvimento integral. **Educação & Participação**, 2017. Disponível em: <<https://educacaoeparticipacao.org.br/materiais/educacao-no-campo-e-suas-contribuicoes-para-o-desenvolvimento-integral/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MOLINA, Mônica Castagna. Cultivando princípios, conceitos e práticas. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, v.15, n. 88, p. 30-36, jul/ago. 2009.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu Freitas. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/ADMIN/Downloads/2483-2532-1-PB.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

MUNARIM, Antonio; LOCKS, Geraldo Augusto. Educação do campo: contexto e desafios desta política pública. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 77-89, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68423875007>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PASSADOR, Cláudia Souza; LOPES, José Eduardo Ferreira. Educação do campo no Estado de São Paulo: análise do nível de ruralidade das escolas no desempenho escolar. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 65, n. 1, p. 87-113, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35578/educacao-do-campo-no-estado-de-sao-paulo-analise-do-nivel-de-ruralidade-das-escolas-no-desempenho-escolar->>. Acesso em: 22 abr. 2019.

PORTELA, Fernando; VESENTINI, W., José. **Êxodo Rural e Urbanização**. São Paulo: Ática, 1988.

QUADROS, Claudemir de. **As brizoletas cobrindo o Rio Grande**: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. CPERS SINDICATO. **Governo Leite quer fechar sete escolas do campo na região de São Luiz Gonzaga**. 2019. Disponível em: <<http://cutrs.org.br/governo-leite-quer-fechar-sete-escolas-do-campo-na-regiao-de-sao-luiz-gonzaga/>>. Acesso em: 23 set. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Sônia Lopes dos Santos. Divisão da Diversidade e dos Direitos Humanos. **Escolas do Campo**. 2012. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/escolas-do-campo>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SILVA, L. H. D. **As Experiências de Formação de Jovens do Campo**: Alternância ou Alternâncias? Curitiba: CRV, 2012.

SILVA, Lourdes Helena. A pedagogia da alternância na educação do campo: velhas questões, novas perspectivas de estudos. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 36, p. 143-158, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71541061010>>. Acesso em: 23 abr. 2019.